

Firmas de advogados rendidas aos 'rankings' internacionais

Embora a reputação seja variável, o reconhecimento dos melhores é prova de bons resultados.

Tatiana Canas
tatiana.canas@economico.pt

Na avaliação dos "rankings" que, atualmente, premeiam as melhores sociedades de advogados mundiais nas principais áreas de negócio, as grandes sociedades estão de acordo: a variedade dos directórios é imensa. Mas, se os "rankings" forem de qualidade, são importantes.

Porque os directórios se traduzem em prémios, que por sua vez trazem prestígio, e consequente reconhecimento entre colegas e clientes, os maiores escritórios nacionais rendem-se aos "rankings". Como única condição, exigem independência nos critérios de selecção e transparência nos resultados.

O Diário Económico foi ouvir os responsáveis pelas principais sociedades em Portugal. Na Mo-

Os directórios melhor reputados rendem as firmas de advogados pelo mediatismo que trazem ao seu trabalho.

rais Leitão, "o que verdadeiramente importa, é o trabalho continuado para merecer prestígio de qualidade junto dos clientes". Para a firma liderada por João Soares da Silva, o destaque nos directórios é, "naturalmente", um factor complementar de satisfação "mas não um objectivo em si".

Também para João Vieira de Almeida, da VdA, "embora nenhum deles [directórios] tenha impacto decisivo para o sucesso ou insucesso das firmas, a verdade é que são sempre levados em consideração e escrutinados por todos". Tanto João Vieira de Almeida, da VdA, como José Luís Arnaut, da RPA, salientam que "nem todos os 'rankings' têm a mesma credibilidade".

Com a Chambers e o Legal 500 no topo dos directórios melhor cotados entre a classe dos

advogados, Arnaut critica o círculo fechado da maioria das classificações: "Quem entra, entra e nunca sai, e os que estão lá em cima nunca de lá saem".

Da Rebelo de Sousa, os "rankings" são indicadores que acabaram por ganhar alguma credibilidade uma vez que se ouvem concorrentes, clientes e os próprios advogados.

Já Manuel Santos Vítor, da PLMJ, destaca os "rankings" como "um sinal exterior de performance". Por isso, a PLMJ acompanha "ccm interesse" as principais classificações e "aprecia" prémios do escritório.

Nos maiores escritórios estrangeiros com presença em Portugal, a posição não é muito diferente: tendo qualidade, os "rankings" são positivos na divulgação de bons resultados das sociedades.

Diogo Leónidas, sócio da Garrigues Portugal, a pequena dimensão do país aumenta a importância dos directórios. "Quando as multinacionais vêm a Portugal fazer investimentos, guiam-se pelos directórios", diz o advogado da multinacional espanhola.

Na Linklaters, muda o responsável, mantém-se a opinião. "Nos últimos anos, tem surgido a necessidade das sociedades aparecerem em 'rankings' preparados por directórios internacionais", diz Jorge Bleck.

Mantendo a tónica na diversidade de classificações, porque "há directórios e directórios", Jorge Bleck conclui que "os directórios internacionais não são ignorados e, efectivamente, ficar em primeiro ou em segundo lugar da classificação conta". ■

OPINIÃO DE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS SOCIEDADES DE ADVOGADOS EM RELAÇÃO AOS DIRECTÓRIOS INTERNACIONAIS



João Soares da Silva
MLGTS

A posição oficial da Morais Leitão é de que "o verdadeiramente importante é o trabalho continuado para merecer prestígio e reconhecimento de qualidade junto dos clientes, e esse é o único factor que influencia a actuação da sociedade".



João Vieira de Almeida
VdA

"Os rankings têm importância relativa. Embora nenhum deles tenha impacto decisivo para o sucesso ou insucesso das firmas, a verdade é que são sempre levados em consideração e escrutinados, esmiuçados, como agora se diz, por todos".



Pedro Rebelo de Sousa
SRS

"São indicadores que acabaram por ganhar credibilidade face à metodologia utilizada, isto é, ouvem-se os concorrentes, os clientes e os próprios advogados. Faz-se uma matriz que pode pecar por algum desajuste mas têm razoabilidade em termos de retrato do mercado".



Jorge Bleck
Linklaters

"Os directórios internacionais não são ignorados e, efectivamente, o facto de se estar no 'first tier' ou no 'second tier', sejam sociedades ou advogados, conta, mesmo que, muitas das vezes, a posição publicada possa não reflectir o efectivo posicionamento, tal como é percebido pelo mercado".



José Luís Arnaut
RPA

"Nem todos os rankings têm a mesma credibilidade. A Chambers ou o Legal 500 têm muita credibilidade. Contêm o risco de serem 'rankings' em ciclo fechado: quem entra entra e nunca sai e os que estão lá em cima nunca de lá saem".